

XII JORNADA CIENTÍFICA EM SERVIÇO SOCIAL

RESUMOS DOS TRABALHOS

28 e 29 de maio de 2015

Realização:
Curso de Serviço Social



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA**

**Anais da
XII Jornada Científica de
Pesquisa Social**

Serviço Social

2015

FOA

EXPEDIENTE

FOA

Presidente

Dauro Peixoto Aragão

Vice-Presidente

Jairo Conde Jogaib

Diretor Administrativo - Financeiro

Iram Natividade Pinto

Diretor de Relações Institucionais

José Tarcísio Cavaliere

Superintendente Executivo

Eduardo Guimarães Prado

Superintendência Geral

José Ivo de Souza

UniFOA

Reitora

Claudia Yamada Utagawa

Pró-reitor Acadêmico

Dimitri Ramos Alves

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Marcello Silva e Santos

Pró-reitor de Extensão

Otávio Barreiros Mithidieri

EDITORA FOA

Editora Executiva

Flávia Lages de Castro

Capa e Editoração

Laert dos Santos Andrade

Revisão de Língua Portuguesa

Maria Aparecida Rocha Gouvêa

Comissão Organizadora - XII Jornada Científica de Pesquisa Social

Daniele do Val

Felipe da Matta

Karin Escobar

Marcelo Lima

Marcos Aurelio Gandra

Monica Barison

unifoa.edu.br/editorafoa

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

C397j Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.
XII Jornada científica de pesquisa social: serviço
social, resumo dos trabalhos: 28 e 29 de maio de
2015. Volta Redonda: FOA, 2015.
26 p.

Realização: curso de Serviço Social
Comissão organizadora: Daniele do Val; Felipe da Matta; Karin
Escobar, et al.

ISBN:

1. Serviço social - trabalhos. 2. Jornada científica. I. Fundação
Oswaldo Aranha. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título.

CDD – 361

SUMÁRIO

O papel dos cristãos da libertação como atores políticos na formulação de políticas sociais nos governos PT na última década	5
Serviço social, questão social e cidadania: os movimentos sociais em Volta Redonda como espaços de socialização política e construção cidadã da democracia	6
Trabalho infantil artístico: reflexões sobre a participação de crianças na mídia televisiva.....	7
A imagem do/a Assistente Social pelo olhar da mídia televisiva brasileira: uma análise nas séries e programas humorísticos da emissora Rede Globo.....	8
A percepção dos Assistentes Sociais acerca da supervisão de campo no processo de estágio em Serviço Social	9
Gênero e violência doméstica contra a mulher: políticas de enfrentamento e desafios profissionais para o Serviço Social.....	10
O trabalho do Assistente Social no Programa Habitação de Interesse Social no Distrito de Vargem Alegre, Barra do Piraí, RJ: desafios para a ultrapassagem de uma prática conservadora	11
Serviço Social na escola	12
Redes e controvérsias referentes à união homoafetiva: a produção do artefato família.....	13
“Quem somos nós?” O perfil dos requerentes à adoção e das famílias adotivas no município de Volta Redonda	14
“Ser negro, é crime?!” Uma reflexão sobre o estigma do ser negro na sociedade brasileira no Século XXI	15
Estado, Sociedade Civil e redução da maioria penal: uma análise das relações entre "questão social", mídia e opinião pública	16
Como tirar o que não se tem? A garantia de direitos da criança e do adolescente no Brasil e o debate sobre a redução da maioria penal na mídia.....	17

Um novo olhar sobre um velho tema: a imagem do idoso pela sociedade contemporânea	18
Políticas públicas de atendimento à saúde do trabalhador no Brasil: um olhar para o trabalhador adoecido.....	19
Uma análise da política de humanização do Sistema Único de Saúde (SUS).....	20
Análise de políticas sociais para os idosos no Brasil: um estudo bibliográfico.....	21
Para além das Leis e das Políticas: como o Brasil enfrenta a violência sexual contra crianças e adolescentes?	22
Entendendo as dores do parto: uma análise do fenômeno da violência obstétrica no Brasil	23
A atuação do Ministério da Saúde no enfrentamento à violência obstétrica	24
Representações sobre a violência obstétrica no Jornal <i>Folha de São Paulo</i> (2013-2014)	25

O PAPEL DOS CRISTÃOS DA LIBERTAÇÃO COMO ATORES POLÍTICOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS NOS GOVERNOS PT NA ÚLTIMA DÉCADA

Autora: FARIA, Camila.

RESUMO

O presente resumo é reflexo do estudo iniciado em 2013 sobre o papel dos cristãos da libertação na formulação de políticas sociais nos governos PT (Partido dos Trabalhadores) na última década. A análise parte do pressuposto que a chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República se fez com mudanças, que segundo Werneck Viana (2006) foram “mudanças de rota”, diferente de sua ideologia inicial. A plataforma social já não era reconhecida pelos atores políticos que participaram de sua construção. Segundo Iasi (2010), os três principais atores foram a Intelectualidade de esquerda, os movimentos sociais e os católicos – militantes da Teologia da Libertação. Dessa forma, nosso trabalho é compreender o papel dos cristãos da libertação, nome usado por Lowy (2000), quando esse partido vai ao poder, levando as principais lideranças da base para o governo e tem como um dos temas principais de sua agenda, a formulação de políticas sociais. Para tal análise partimos da formulação do Estratégia Fome Zero encabeçado por Frei Betto, em 2003.

Palavras-chave: Ideologia; Partido dos Trabalhadores; política social.

SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E CIDADANIA: OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM VOLTA REDONDA COMO ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO CIDADÃ DA DEMOCRACIA

Autores: OLIVEIRA, Arlene Assis; PAULA, Tatiana Teixeira de; TOMAZ, Jovelina Damiana Batista; GANDRA, Marcos Aurélio Ramalho.

RESUMO

Esta pesquisa visa estudar o conceito de "Cidadania" (entendido como o conjunto de direitos civis, políticos e sociais) que, embora possa parecer um ideal inatingível numa sociedade capitalista, traduz a necessidade de organização no interior da sociedade civil para assegurar tais direitos e ampliá-los, condição fundamental para a consolidação da democracia. A história recente de Volta Redonda é farta de experiências concretas de "participação cidadã", através de vários organismos da sociedade civil. Tais experiências possibilitaram um ambiente de crescente socialização política no município, levando à interlocução nacional. As demandas e/ou reivindicações específicas de cada movimento contribuíam no enfrentamento das expressões da "Questão Social", entendida como o conjunto das desigualdades econômicas e sociais numa sociedade capitalista madura e seu devido enfrentamento por parte dos setores subalternizados nessa sociedade. A tensa relação desses organismos da sociedade civil com o Estado possibilita um campo de pesquisas ainda pouco explorado no interior do Serviço Social, que requisitará as contribuições das áreas de História e Sociologia. E os fatos recentes na cidade de Volta Redonda precisam ser mapeados/conhecidos, e, em seguida, estudados à luz da bibliografia pertinente, para que os profissionais da área do Serviço Social possam desenvolver sua atividade com conhecimento da história do município e do grau de socialização da participação política já atingida em outros períodos, para assim poder contribuir para o alargamento desse processo.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Volta Redonda; cidadania.

TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO: REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS NA MÍDIA TELEVISIVA

Autora: BARUD, Jussara.

Orientadora: SANTA BÁRBARA, Daniele do Val.

RESUMO

A legislação brasileira proíbe o trabalho infantil e prevê que adolescentes maiores de 14 anos só podem exercer atividades laborativas na condição de aprendiz, o que exige uma série de prerrogativas que o protejam da exploração e não violem seus direitos. Quanto ao trabalho infantil artístico, é permitido desde que corresponda a algumas condicionalidades, conforme a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho. O trabalho é que torna possível o desenvolvimento humano e social, pois é por meio dele que o homem transforma sua relação com a natureza e a si mesmo. O trabalho é assim considerado numa perspectiva emancipadora. Entretanto, também pode ser violação e exploração, e mostra sua perspectiva alienante e de coisificação do sujeito. Como a legislação brasileira regulamenta o trabalho infantil artístico? Como estão postas as condições e as exigências da participação das crianças nesse tipo de trabalho? O trabalho infantil artístico pode contribuir no desenvolvimento da criança, trazendo valores e comportamentos voltados à disciplina, responsabilidade, amadurecimento, a capacidade de desenvolvimento de relações interpessoais? Ou ele motiva a competitividade, causa a própria supressão da condição do ser criança, estressa e explora? São essas as questões que motivaram a presente pesquisa, que tem por objetivo refletir sobre o trabalho de crianças e adolescentes na mídia televisiva e identificar suas possíveis consequências para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Trabalho infantil artístico; mídia; estatuto da criança e do adolescente.

A IMAGEM DO/A ASSISTENTE SOCIAL PELO OLHAR DA MÍDIA TELEVISIVA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE NAS SÉRIES E PROGRAMAS HUMORÍSTICOS DA EMISSORA REDE GLOBO

Autora: MAIA, Êmelly Aline de Jesus.

Orientador: LIMA, Marcelo.

RESUMO

Este trabalho visa apresentar e discutir como o Serviço Social e o Assistente Social são representados pelos meios de comunicação de massa no Brasil, confrontando essas representações com os respectivos posicionamentos éticos da profissão frente a situações conflituosas da sociedade civil. O desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, até chegar a seus contornos atuais, será retrçado, em linhas gerais, desde o trabalho realizado nas Casas de Misericórdia até o reconhecimento da profissão na atualidade. O objetivo geral é discutir a hipótese de que a imagem da profissão atualmente é atravessada por elementos tradicionais (existentes desde o início da prática profissional no Brasil) e outros considerados novos, advindos de um amplo processo de amadurecimento intelectual e político da profissão, no Brasil, nas últimas décadas.

Palavras-chave: Hegemonia, assistente social; televisão.

A PERCEPÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS ACERCA DA SUPERVISÃO DE CAMPO NO PROCESSO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Autores: ROBERTO, Elber Dias; VALENTIM, Gilsy Pollyana; FERREIRA, Cynthia Correa de Oliveira.

Orientadora: ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

A supervisão acadêmica e de campo são condições para a realização da atividade. É fundamental que a experiência de estágio contribua para a qualificação do aluno na perspectiva de um profissional crítico e reflexivo. A supervisão se configura como espaço privilegiado para uma futura ação profissional e que a concepção acerca desse processo interfere nas vivências do aluno. O objetivo do estudo foi identificar a concepção da supervisão de estágio para os assistentes sociais supervisores nas unidades campos de estágio. No segundo semestre de 2014, o curso de Serviço Social, com 33 assistentes sociais supervisores de campo e, deste total, conseguimos realizar 11 entrevistas. Os resultados apontam que a maioria dos profissionais ingressou no mercado de trabalho praticamente no mesmo ano de conclusão do curso, assumindo a função de supervisor nos primeiros quatro anos de exercício da profissão, se responsabilizando por um ou dois estagiários. A maioria possui cursos de extensão, não cursando pós-graduação. Em relação aos requisitos necessários para ser supervisor de campo, muitos apontaram o desejo e a disponibilidade. Entretanto, observamos que alguns profissionais assumem a supervisão de campo por orientação institucional. A maioria afirmou participar dos espaços de articulação promovidos pelo curso e avaliam essa articulação como boa, apontando a necessidade de melhorar a comunicação entre a universidade e o campo de estágio, realizar visitas de campos semestrais, ofertar cursos de capacitação para a supervisão de estágio e cursos de aperfeiçoamento profissional.

Palavras-chave: Estágio; supervisão; formação profissional.

GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO E DESAFIOS PROFISSIONAIS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Autora: SOARES, Renata Enger.

Orientadora: ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o fenômeno da violência doméstica contra a mulher. Elencamos como objetivos específicos discutir as categorias gênero e violência; identificar as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e as contribuições do Serviço Social na intervenção da questão. A violência de gênero contra a mulher é entendida como um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde. Deve ser compreendida a partir das relações de gênero, apontando a existência de um tipo de dominação, opressão presente nas relações entre homens e mulheres, atravessando classes sociais, raças, etnias e faixas etárias. A violência contra a mulher pode ser definida como qualquer ação ou conduta que possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, ocorrendo na vida pública ou na vida privada. Partimos da compreensão de que a violência contra a mulher se configura uma das expressões da “questão social” na contemporaneidade e uma realidade bastante presente na vida das mulheres. Desse modo, a intervenção nesse fenômeno demanda a interferência do Estado, através da implementação de políticas sociais, tornando-se campo privilegiado de atuação profissional do Serviço Social. Este estudo busca produzir reflexões que possam contribuir na produção de conhecimentos sobre o assunto, na perspectiva de transformação dessa realidade.

Palavras-chave: Gênero; violência; serviço social.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO DISTRITO DE VARGEM ALEGRE, BARRA DO PIRAÍ, RJ: DESAFIOS PARA A ULTRAPASSAGEM DE UMA PRÁTICA CONSERVADORA

Autora: RIBEIRO, Gilvane Mazza.

Orientadora: MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires.

RESUMO

Esta dissertação tem como ponto central problematizar o trabalho do assistente social no Programa Nacional de Habitação de Interesse Social, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento. A partir da experiência no desenvolvimento deste trabalho, como técnico social nos Empreendimentos Vargem Alegre I e II, com 112 famílias beneficiárias, foi possível um contato direto com os dilemas e contradições na relação instituição/atuação profissional. Portanto, o objeto pesquisado tornou-se relevante por apontar possíveis retrocessos para o exercício profissional do assistente social, uma vez que a prática profissional em Projetos Técnico de Trabalho Social tem demonstrado uma separação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, devido a orientações tecnicistas ora apresentadas que veem, neste trabalhador social, um mero tarefeiro em seu cotidiano profissional. A contextualização do trabalho social na política habitacional foi aqui apresentada a partir de sua introdução em programas habitacionais, na década de 1960 com a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH e das Companhias de Habitação – COHAB, que foram responsáveis pelo financiamento e construção de conjuntos habitacionais horizontais e verticalizados na periferia dos grandes centros urbanos. O Trabalho Técnico Social em programas habitacionais na atualidade foi analisado criticamente, a partir das normativas contidas no Caderno de Orientação Técnico Social, elaborado pela CEF em parceria com o Ministério das Cidades que orientam sua execução em PHIS - PAC.

Palavras-chave: Política habitacional; trabalho social; serviço social; PAC/FNHIS.

SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA

Autora: SILVA, Ingrid de Carvalho.

Orientadora: SOUZA, Rozana Aparecida de.

RESUMO

A escola se constitui um espaço sócio ocupacional do Serviço Social que pode apresentar inúmeras possibilidades de intervenção. Nesse espaço, as expressões sociais se apresentam cotidianamente nas relações entre alunos, educadores, família e comunidade. O assistente social tem competência para trabalhar de forma crítica e propositiva às demandas presentes nesse espaço: contribuir com as discussões sobre trabalho, cidadania e família; contribuir com a articulação do conhecimento da realidade social de forma a instrumentalizar o sujeito a compreender e interferir nesta realidade, etc. O projeto de extensão Serviço social na escola objetivou oferecer palestras e/ou oficinas para alunos de ensino médio de escolas da região Sul Fluminense sobre temas variados, como: sexualidade, dependência química, violência doméstica, etc. Foram atendidas seis escolas, sendo realizadas oito palestras e oito oficinas socioeducativas, atendendo um total de 603 alunos. Os resultados do projeto foram satisfatórios, atendendo as expectativas da equipe. Considerou-se a participação dos estudantes como ativa e várias perguntas sobre assuntos diversificados foram realizadas no debate final de cada evento, com temas como aborto, uso de drogas, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, adoção, Estatuto da Criança e do Adolescente, cidadania, etc.

Palavras-chave: Escola; serviço social; espaço sócio ocupacional.

REDES E CONTROVÉRSIAS REFERENTES À UNIÃO HOMOAFETIVA: A PRODUÇÃO DO ARTEFATO FAMÍLIA

Autores: BARBOSA, Felipe Boechat; NOBRE, Júlio Cesar de Almeida; OLIVEIRA, Ivanete da Rosa Silva de; PAIVA, Vanilda de Araújo Cunha Monteiro; SILVA, Thales Groetaers Castro.

Orientador: NOBRE, Júlio Cesar de Almeida.

RESUMO

O Supremo Tribunal Federal - STF, em 2011, pôs em julgamento a ADI 2477 e a ADPF 132. Em decisão favorável polêmica, acabou por reconhecer casais homossexuais como entidades familiares e detentores de direitos legais. Tal questão tem enfrentado forte resistência – inclusive religiosa. Em muitos países, essa temática também vem ganhando espaço na mídia que acaba por amplificar controvérsias inerentes aos contornos atuais daquilo que se entende por família. Essa controvérsia acaba por entrelaçar em um mesmo destino, mediadores de diversas ordens: mídia, juristas, cidadãos comuns, religiosos etc. O objetivo do presente artigo, portanto, é uma análise do processo produtivo do artefato família na atualidade, por meio de um rastreamento de mediadores diversos, controvertidas redes que o colocam em circulação. Com o foco na questão da união homoafetiva e em sintonia com a Teoria Ator-rede – TAR, nossa proposta é seguir de elo em elo a família como um efeito de redes de elementos heterogêneos e gerar um relato cartográfico.

Palavras-chave: Teoria ator-rede; família; união homoafetiva.

“QUEM SOMOS NÓS?” O PERFIL DOS REQUERENTES À ADOÇÃO E DAS FAMÍLIAS ADOTIVAS NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

Autor: VALÉRIO, Wendel do Nascimento.

Orientadora: SANTA BÁRBARA, Daniele do Val.

RESUMO

O Plano Nacional de Defesa da Convivência Familiar e Comunitária infere o dever do Estado em assegurar a convivência familiar de crianças e adolescentes, e expressa que, quando tais vínculos são enfraquecidos ou rompidos, deve-se garantir a constituição de novos vínculos familiares e comunitários, inclusive pelo instituto da adoção. A média anual de adoções, conforme o Conselho Nacional de Justiça, é 100 adoções por ano. A partir de 2013, o CNJ passou a disponibilizar o perfil desejado de criança a ser adotada, assim como, nos é divulgado o perfil das crianças que estão para adoção, entretanto o perfil do pretendente a adotar ainda é desconhecido. No que versa a Lei 8069/90, os únicos impeditivos se referem à idade do adotante e a adoção por ascendentes ou pelos irmãos do adotando. Portanto, as possibilidades da adoção são avaliadas durante o processo de habilitação, entendido como uma das etapas de preparação psicossocial dos postulantes e prevista no ECA, em seu parágrafo terceiro, artigo 50. Apesar de a lei não ofertar proibições quanto à configuração familiar dos adotantes, como os profissionais conduzem essa avaliação? O objetivo deste trabalho se configura na promoção do diagnóstico comparativo sobre as famílias que postulam a adoção e são habilitadas e aquelas que conseguem adotar; e na identificação, nos documentos legais e relatórios técnicos, dos procedimentos e critérios de elegibilidade utilizados pelos juristas, assistentes sociais e psicólogos para o deferimento ou não do direito à adoção.

Palavras-chave: Habilitação para adoção; família adotiva; Estatuto da Criança e do Adolescente.

“SER NEGRO, É CRIME?!” UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTIGMA DO SER NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Autora: SILVA, Iris Cristina da.

Orientador: JUNIOR, Hélio de Lena.

RESUMO

Este projeto pretende refletir, por meio de levantamento bibliográfico, a construção sócio histórica do ser negro e o estigma dessa população ao longo dos anos. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão e esse retardamento deixou marcas em nossa sociedade. O negro fora “liberto”, porém, não reconhecido como cidadão pelo Estado omissor, o qual não viabilizou acesso aos recém-libertos, restando-lhes a miséria material, a discriminação e a humilhação. No senso comum, cidadãos negros são identificados como potenciais perturbadores da ordem social e carregam o peso da culpa da violência na pele. Segundo algumas pesquisas, foi comprovado que a justiça penal é mais severa para os criminosos negros do que para os criminosos brancos. Os níveis atuais de vitimização negra já são intoleráveis, mas se nada for feito de forma imediata e drástica, a vitimização negra no país poderá chegar a patamares inadmissíveis pela humanidade. Compreendo que essa é uma expressão da “questão social” vivenciada por uma sociedade capitalista, na qual estamos inseridos e que essa reflexão pode ser usada como projeto de intervenção do profissional de Serviço Social.

Palavras-chave: Negro; estigma; sociedade brasileira.

ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE "QUESTÃO SOCIAL", MÍDIA E OPINIÃO PÚBLICA

Autores: CASTRO, Felipe; NUNES, Virginia; SOUZA, Cassiana;

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito apresentar o projeto de pesquisa intitulado “Estado, sociedade civil e redução da maioridade penal: uma análise das relações entre ‘questão social’, mídia e opinião pública”. Este projeto ainda se encontra em fase inicial de execução e, atualmente, está sendo realizado o levantamento bibliográfico acerca da temática a ser estudada. É sabido que os meios de comunicação exercem papel fundamental na formação da opinião pública - e não poderia ser diferente com a área da segurança pública. A forma com que é realizada a abordagem a casos envolvendo violência é, via de regra, tendenciosa e cria um estereótipo de “criminoso” que corresponde à ideia de criminalização da pobreza: as pessoas do sexo masculino, pobres, negras e jovens são mais vulneráveis aos mecanismos de seletividade do sistema penal. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, enuncia as medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei, porém, isso não tem sido suficiente, ao longo dos anos, para impor a lógica do sistema de garantia de direitos sobre o ideário punitivo. Não à toa, temos visto ondas sucessivas de discussão sobre a redução da maioridade penal, potencializadas pela mídia e já incorporadas por vários políticos, que, inclusive, incorporaram essa demanda em recentes propostas de governo. Frente a esse quadro, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo investigar como os meios de comunicação do estado do Rio de Janeiro abordam a discussão da redução da maioridade penal através de seus veículos e traçar, minimamente, as possíveis relações de influência existentes entre a mídia e a opinião pública nessa seara.

Palavras-chave: Adolescente; maioridade penal; adolescente em conflito com a lei; segurança pública.

COMO TIRAR O QUE NÃO SE TEM? A GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL E O DEBATE SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NA MÍDIA

Autora: NUNES, Virginia Aparecida.

Orientador: GANDRA, Marcos Aurélio Ramalho.

RESUMO

Este trabalho propõe-se em apresentar de forma teórica o processo histórico de regulamentação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, o atual perfil dos adolescentes em conflito com a lei e as políticas públicas destinadas a esse grupo, e por fim, o debate acerca da redução da maioridade penal, conhecendo-o através de pesquisas na mídia e sua influência sobre a opinião pública. O processo histórico da criança e do adolescente no Brasil foi marcado por um caráter conservador, e em contraponto à garantia de direitos, o que se praticava abertamente era a criminalização e a medicalização da pobreza. É com base nesse período que reaparecem discursos acalorados sobre a redução da maioridade penal, que prezam por estratégias segregativas, punitivas e estigmatizantes em nome da lógica de um Estado, que, ao contrário de buscar a verdadeira efetivação de dispositivos já existentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, prefere investir em contestável modelo de segurança pública como resposta às expressões da “questão social”. Por meio de pesquisa nos meios de comunicação impresso, pretendo conhecer como se dá a associação entre jovens, desvios, delitos, e a influência da mídia sobre a opinião pública em detrimento da garantia dos direitos das crianças e adolescentes desse país.

Palavras-chave: Criança e adolescente no Brasil; redução da maioridade penal; influência da mídia.

UM NOVO OLHAR SOBRE UM VELHO TEMA: A IMAGEM DO IDOSO PELA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Autoras: MIRANDA, Jane Peniche; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

O presente trabalho visa abordar a questão da imagem do idoso na sociedade contemporânea e, para tanto, se fez necessário entender como ocorre o processo de envelhecimento. O objetivo geral do estudo consiste em refletir sobre essa imagem na atualidade, com o intuito de problematizar se houve mudanças na construção da imagem da velhice. Como objetivos específicos: analisar os fatores que contribuíram para os principais estereótipos construídos acerca da velhice e do envelhecimento; abordar a visão contemporânea sobre o entendimento da velhice; identificar, nas literaturas já produzidas sobre o assunto, qual imagem retratada pelos idosos sobre o próprio processo de envelhecimento, bem como refletir sobre o idoso enquanto ator social. O estudo consiste em um estudo bibliográfico que aponta que pesquisas realizadas com idosos e não idosos revelaram que a velhice ainda é muito associada à vivência de doenças, que, de modo geral, incapacitam e limitam. Entretanto, sinaliza também que essa etapa da vida é vivenciada principalmente pela perspectiva do próprio idoso de forma positiva e com possibilidades de novas experiências.

Palavras-chave: Envelhecimento; imagem; autoimagem; idoso.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO À SAÚDE DO TRABALHADOR NO BRASIL: UM OLHAR PARA O TRABALHADOR ADOECIDO

Autora: SANTOS, Deuzilene César dos.

Orientadora: SOUZA, Rozana Aparecida de.

RESUMO

Sabe-se que as políticas públicas têm por finalidade (ainda que parcialmente) promover melhorias na condição de vida da população. No Brasil, verifica-se, no atual contexto histórico, que a classe trabalhadora é vítima da ausência de direitos conquistados, podendo influenciar direta ou indiretamente na sua saúde, enquanto condição de vida e de exercício pleno da cidadania e também fator condicionante das relações sociais e econômicas da sociedade capitalista brasileira. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as políticas públicas de atendimento à saúde do trabalhador no Brasil. Por objetivos específicos foram definidos: levantar as atuais políticas públicas voltadas ao atendimento da saúde do trabalhador no Brasil; identificar as possibilidades de acesso e verificar como são implementadas. A metodologia utilizada foi o estudo bibliográfico, relacionando referências pertinentes às temáticas abordadas a partir de artigos, livros e legislação específica. Como resultado final, destaca-se a importância de se conhecer esse cenário, no qual estão inseridas as políticas públicas de atendimento à saúde do trabalhador que contemplam uma ampla gama de condicionantes e também a necessidade de se integrar os órgãos governamentais envolvidos no momento da sua implementação, com a finalidade de torná-las mais acessíveis e abrangentes.

Palavras-chave: Processo saúde-doença; saúde do trabalhador; políticas públicas.

UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Autora: COSTA, Flávia Medeiros Gama.

Orientadora: SOUZA, Rozana Aparecida de.

RESUMO

A política de Humanização expressa os princípios que fundamentam o SUS, destacando-se: equidade, universalidade, integralidade, descentralização e controle social. Estabelece, para os envolvidos no processo saúde-doença, um conjunto de ações entre profissionais, usuários, unidades e serviços de saúde e entre outras instâncias que formam o SUS. Este trabalho tem como objetivo geral identificar e analisar o processo de constituição da Política Nacional de Humanização e sua execução no cenário brasileiro. Para isso, faz-se necessário: descrever o cenário no qual a humanização no SUS ocorreu e analisar como essa política acontece na atualidade, no contexto de um projeto privatista de Saúde. Esta pesquisa foi feita por meio de um estudo bibliográfico, que possibilitou, a partir da leitura da literatura pertinente ao tema, uma reflexão sobre a Política Nacional de Humanização, o que ofereceu subsídios para transpor o senso comum que, muitas vezes, é reproduzido pela sociedade como verdade. Foram abordados alguns aspectos históricos da Política de Saúde no Brasil, o movimento de constituição do SUS e sua estrutura. Discorreu-se sobre a Política Nacional de Humanização, fazendo um resgate histórico, uma análise de sua aplicabilidade na contemporaneidade, elencando alguns desafios.

Palavras-chave: Política Nacional de Humanização; Sistema Único de Saúde; processo saúde-doença.

ANÁLISE DE POLÍTICAS SOCIAIS PARA OS IDOSOS NO BRASIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Autoras: MOURA, Flávia Aparecida; ESCOBAR, Karin Alves do Amaral.

RESUMO

O processo de envelhecimento social apresenta reflexões no campo social, econômico, biológico e comportamental, gerando assim um grande desafio para as políticas sociais, a fim de que se melhorem as condições de vida do idoso em diversos aspectos. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelas discussões em torno do envelhecimento, influenciadas por organismos como Organização Mundial da Saúde e Organização das Nações Unidas, que contribuíram para a implementação de políticas específicas voltadas para esse segmento. Este estudo objetiva realizar uma análise das políticas sociais, legislações, portarias, planos e programas direcionados aos idosos, identificando a velhice expressa, os princípios, às orientações, os papéis previstos para a família, comunidade e Estado, assim como identificar a concepção de velhice nesses documentos e a contribuição de diretrizes internacionais na configuração das políticas brasileiras. O presente estudo se caracteriza por pesquisa teórica e bibliográfica, objetivando desvendar conceitos, discussões polêmicas e teóricas acerca do assunto estudado. Consideramos que a velhice é um fenômeno histórico, social, cultural, político e psicológico que perpassa as trajetórias de vida pessoal e social e que deve ser compreendido em determinado tempo, espaço, classe social, relações de gênero e de etnia, dentre outras variáveis.

Palavras-chave: Envelhecimento; políticas sociais; idoso.

PARA ALÉM DAS LEIS E DAS POLÍTICAS: COMO O BRASIL ENFRENTA A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES?

Autoras: CLÍMACO, Elizete; SANTA BÁRBARA, Daniele do Val.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar o posicionamento do Brasil frente à violência sexual contra crianças e adolescentes, no que se refere à proposição de políticas públicas. A partir daí, compreender e avaliar como o país organiza e executa os serviços de atendimento às vítimas dessa violência. O marco de análise é o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, após algumas revisões, completa 15 anos. Sob o entendimento de que a violência sexual é considerada legalmente uma violação de direitos, mas que, culturalmente, ainda é experimentada e reproduzida de forma naturalizada, é urgente seu enfrentamento político para a garantia dos direitos infanto-juvenis.

Palavras-chave: Criança e adolescente; violência sexual; cidadania.

ENTENDENDO AS DORES DO PARTO: UMA ANÁLISE DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL

Autoras: NUNES, Virginia Aparecida; SILVA, Íris Cristina da.

Orientadora: SOUZA, Rozana Aparecida de.

RESUMO

Este projeto pretendeu identificar, por meio de levantamento bibliográfico, uma expressão de violência pouco conhecida/entendida pelos brasileiros como violência: a violência obstétrica. Trata-se da violação dos direitos da mulher durante o trabalho de parto e pós-parto. Objetivou-se identificar, na literatura nacional, os aspectos que envolvem a violência obstétrica e se ela é reconhecida pelos profissionais de saúde. Para tanto, foi realizado um breve debate teórico sobre o fenômeno da violência na sociedade, passando pela discussão de gênero, sexualidade e direitos reprodutivos. Discutiu-se a medicalização do corpo feminino e como se deu a “apropriação” pela medicina do evento do parto, culminando na sua hospitalização. Foi construído, também, um debate sobre o que é violência obstétrica, como ela acontece, de que forma ela é entendida e praticada nas instituições hospitalares e foram apontadas as formas de enfrentamento desse fenômeno. Como resultado foi levantado que a violência obstétrica ainda não é tipificada na lei brasileira como uma forma de violência, fato que dificulta a responsabilização dos profissionais que a praticam, bem como sua identificação pelas mulheres que a sofrem. Assim, é necessário um amplo trabalho de informação acerca do que é a violência obstétrica e de que forma ela acontece, para que possa ser identificada e combatida.

Palavras-chave: Gênero; direitos sexuais e reprodutivos; medicalização do corpo feminino; medicalização do parto; violência obstétrica.

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Autoras: SILVA, Ingrid de Carvalho; DIZ, Tamires Souza.

Orientadora: SOUZA, Rozana Aparecida de.

RESUMO

No Brasil, 96,5% dos partos são realizados dentro de hospitais, mas isso não garante às mulheres um atendimento de qualidade. Segundo dados do Ministério da Saúde (MS), a taxa de mortalidade materna, em 2003, foi de 72,4 por 100.000 nascidos vivos. O modelo de parto que se tem hoje no Brasil é de um atendimento predominantemente hospitalar e interventivo, ou seja, altamente medicalizado e de uso abusivo de procedimentos invasivos, colocando a mulher na condição de paciente, sem autonomia, longe de familiares e do seu bebê ao nascer. O que se vê, no Brasil, é um atendimento altamente interventivo, onde a prática cirúrgica e sofisticada ganha maior foco, até mesmo na formação profissional. Percebe-se, não somente no Brasil, que a mulher vem sofrendo com medidas excessivas de intervenção na hora (antes, e também depois) do trabalho de parto. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo geral: identificar e analisar a atuação do MS no enfrentamento à violência obstétrica. Portanto, faz-se necessário: identificar os principais documentos e ações do MS que têm por objetivo enfrentar a violência obstétrica; analisar a política de humanização do parto e refletir sobre sua capacidade de enfrentamento à violência obstétrica. Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa. A técnica de coleta de dados utilizada é a análise de documentos. Estão sendo identificados e analisados documentos, leis, portarias, políticas, pesquisas, eventos etc. publicadas e/ou propostos pelo MS que tenham implicações diretas na realização do parto.

Palavras-chave: Violência obstétrica; direitos sexuais e reprodutivos; Ministério da Saúde.

REPRESENTAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO JORNAL *FOLHA DE SÃO PAULO* (2013-2014)

Autores: SILVA, Caren Renata da; VALÉRIO, Wendel do Nascimento.

Orientadora: SOUZA, Rozana Aparecida de.

RESUMO

Violência obstétrica é entendida como qualquer ato de desrespeito praticado durante o parto e pós-parto que fere a dignidade da mulher, retirando sua autonomia sobre seu corpo, sua sexualidade, causando danos, muitas vezes, irreparáveis, tanto físico como psicológicos. Dados da OMS apontam que, no mundo, muitas mulheres experimentam abusos, desrespeito, maus-tratos e negligência durante a assistência ao parto, nas instituições de saúde. Constantemente, casos de violência obstétrica são divulgados na mídia. Considerando a importância da mídia na vida social e quanto o tema da violência obstétrica tem ganhado espaço na imprensa, propõe-se a realização de um estudo que identifique e analise o debate social sobre violência obstétrica, veiculado no jornal *Folha de São Paulo*, no período de 2013 a 2014. O processo metodológico consistirá na seleção, classificação e análise de textos publicados no jornal *Folha de São Paulo*, no período de 2013 a 2014. Serão adotadas, como descritores, para a realização da busca e seleção do material, as seguintes expressões: violência obstétrica; violência no parto; abuso obstétrico; desrespeito e abuso no parto; violência de gênero no parto e aborto; violência institucional de gênero no parto e aborto; assistência desumana / desumanizada no parto; crueldade no parto, violações dos DDHH das mulheres no parto.

Palavras-chave: Violência obstétrica; representação social; imprensa.